



Secretaria de
Auditoria

Plano de Trabalho

Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital
do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br

Eleitoral - 2023

Introdução

Instituída pela Resolução CNJ n. 335 de 2020, a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br¹ visa incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, mas consolidando pragmaticamente a política para a gestão e expansão do Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Com *status* de política pública de modernização da governança e da gestão do processo judicial eletrônico, a PDPJ transforma a plataforma do PJe em um sistema multisserviço que permite aos tribunais adequações as suas realidades e, ao mesmo tempo, garante a unificação do trâmite processual no país.

Sobre a matéria foram publicados, dentre outros, os seguintes atos normativos:

- a) Resolução CNJ n. 335, de 29 de setembro de 2020, que instituiu a política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário, a PDPJ, e mantém o sistema PJe como sistema de processo eletrônico prioritário;
- b) Portaria Presidência n. 252, de 18 de novembro de 2020, que dispôs sobre o modelo de Governança e Gestão da PDPJ;
- c) Portaria Presidência n. 253, de 18 de novembro de 2020, que instituiu critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na PDPJ;
- d) Portaria Presidência n. 37, de 8 de fevereiro de 2022, que fixou prazo máximo até 30/6/2022 para integração dos sistemas de gestão de processos judiciais eletrônicos à PDPJ;
- e) Resolução CNJ n. 446, de 14 de março de 2022, que instituiu a plataforma Codex como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em trâmite nos tribunais; e
- f) Portaria Presidência n. 36, de 14 de fevereiro de 2023, que instituiu o Guia de Alinhamento Estratégico de Implantação da PDPJ.

A PDPJ abarca o Sistema PJe, que é tido como seu motor principal, e todos os demais aplicativos e serviços de processos judiciais oferecidos pelo Poder Judiciário à sociedade, e requer uma política de governança e de gestão unificadas, com observância de padrões que atendam à diversidade de soluções existentes nos segmentos do Judiciário.

¹ “A PDPJ é, ao mesmo tempo, um lugar, uma arquitetura, e um conjunto de padrões. Trata-se da nuvem pública nacional do Poder Judiciário brasileiro para a hospedagem dos novos sistemas, módulos e serviços de interesse e uso geral dos atores envolvidos com a Administração da Justiça. A PDPJ também define uma arquitetura, um modo pelo qual os mencionados sistemas, módulos e serviços devem ser desenvolvidos e se comunicarem, bem como estipula padrões a serem seguidos para realizar a arquitetura proposta”. *O que é a PDPJ?* Disponível em: https://docs.pdpj.jus.br/manuais/manual-desenvolvedor-pdpj/index.html#_pilha_de_tecnologias.



No contexto de verificação de implementação da política instituída, a Comissão Permanente de Auditoria determinou a realização de Ação Coordenada de Auditoria para a verificação do cumprimento das normas regulatórias que estabelecem os requisitos tecnológicos tendentes à integração na PDPJ, nos termos da Resolução CNJ n. 335/2020.

1. Da Contextualização da Auditoria

As auditorias coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça promovem uma avaliação concomitante, tempestiva e padronizada sobre temas de alta relevância e criticidade para o Poder Judiciário².

Nesse sentido, a temática da PDPJ foi eleita como objeto de Ação Coordenada para o ano de 2022.

Inicialmente, a ação foi programada para o primeiro semestre de 2022. Todavia, com a edição da Portaria n. 37/2022, que estabeleceu 30/06/2022 como a data limite para os tribunais integrarem seus sistemas de gestão de processos judiciais eletrônicos à PDPJ, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça adiou a realização para o mês de julho de 2022³ para o Poder Judiciário, exceto em relação à Justiça Eleitoral, cuja ação se dará em abril de 2023⁴.

Os testes contidos neste Plano de Auditoria foram desenvolvidos em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça, em razão da natureza técnica dos testes a serem aplicados.

1.1 Da redução do escopo

Dada a complexidade da matéria e o seu estágio atual de maturidade, foi aplicada limitação de escopo com redução do quantitativo dos testes.

O Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça apontou que, no momento atual de desenvolvimento da PDPJ, seria adequada realização de testes limitados aos eixos descritos no item 3.8 deste Plano de Trabalho.

2. Da Legislação Aplicada ao Tema

As normas básicas necessárias para a realização da auditoria são:

Norma	Assunto
-------	---------

² Art. 14, § 2º, da Resolução CNJ n. 308/2020.

³ Certidão de Julgamento 1273917.

⁴ Certidão de Julgamento 1316354.



Resolução CNJ n. 335/2020	Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ e mantém o sistema PJe como sistema de processo eletrônico prioritário do CNJ
Portaria CNJ n. 252/2020	Dispõe sobre o modelo de Governança e Gestão da PDPJ
Portaria CNJ n. 253/2020	Institui critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na PDPJ
Resolução CNJ n. 185/2013	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento
Portaria CNJ n. 131/2021	Institui o Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da PDPJ e do PJe
Portaria CNJ n. 37/2022	Fixa prazo até 30/6/2022 para a integração dos sistemas judiciais eletrônicos ligados à PDPJ
Resolução CNJ n. 443/2022	Dispõe sobre aplicação e disseminação dos conhecimentos sobre a PDPJ-Br nos editais de concursos públicos, seleções e capacitações
Resolução CNJ n. 446/2022	Institui a plataforma Codex como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional.
Portaria CNJ n. 257/2022	Dispõe sobre ementa básica para editais de concursos públicos, seleções e capacitações para cargos de TIC no Poder Judiciário
Portaria CNJ n. 36/2023	Institui o Guia de Alinhamento Estratégico de Implantação da PDPJ

Além dos normativos mencionados na tabela acima, foram disponibilizados webinários e vídeos instrutivos acerca da PDPJ e da Justiça 4.0, com o intuito de promover o debate sobre a transformação tecnológica do Poder Judiciário e disseminar conhecimento, por meio da página da PDPJ no Portal do CNJ⁵, que inclui o Manual de Referência para o Desenvolvedor⁶, e do canal oficial do CNJ no *Youtube*.

⁵ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/plataforma-digital-do-poder-judiciario-brasileiro-pdpj-br/>.

⁶ Disponível em: https://docs.pdpj.jus.br/manuais/manual-desenvolvedor-pdpj/index.html#_pilha_de_tecnologias.



3. Do Programa de Auditoria

3.1 Objetivo da Auditoria

A auditoria tem como objetivo avaliar, no âmbito dos tribunais, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ n. 335/2020, por meio do exame de conformidade das medidas adotadas para atender às exigências da própria Resolução CNJ n. 335/2020 e das Portarias n. 252/2020, n. 253/2020 e n. 37/2022, além da Resolução CNJ n. 443/2022 e da Portaria n. 257/2022.

3.2 Escopo da auditoria

Exame de conformidade das medidas adotadas para atender à Resolução CNJ n. 335/2020 e às Portarias n. 252/2020, n. 253/2020 e n. 37/2022, observados a redução de escopo conforme consignada no subitem 1.1 deste plano e os pontos abordados na Resolução CNJ n. 443/2022 e na Portaria n. 257/2022.

3.3 Produtos gerados

3.3.1 Produtos gerados por cada Unidade de Auditoria Interna

Ao término dos trabalhos, cada unidade de auditoria deverá produzir internamente os seguintes produtos:

- a) relatório contendo os achados relevantes de auditoria, bem como as recomendações referentes aos achados prioritários;
- b) sumário executivo dos achados, a ser encaminhado à alta administração, a critério da unidade de auditoria; e
- c) respostas ao questionário eletrônico disponível no endereço: <https://www.cnj.jus.br/formularios/acapdpj2023-eleitoral>. O prazo para o envio das respostas está previsto no cronograma constante no subitem 3.7.

3.3.2 Produtos gerados pelo CNJ

Ao término dos trabalhos referidos nas alíneas “a” e “c” do subitem anterior, após a compilação dos dados pelo CNJ, serão produzidos:

- 1) sumário executivo com diagnóstico sobre a aderência dos tribunais à política pública instituída pela Resolução CNJ n. 335/2020, segundo o atendimento de cada um às normas regulatórias, a ser encaminhado à Comissão Permanente de Auditoria para conhecimento e providências cabíveis; e
- 2) Painel da Ação Coordenada de Auditoria sobre a PDPJ.

3.4 Recursos humanos estimados

Recomenda-se que a unidade de auditoria aloque auditores e/ou auditoras suficientes para cumprir a fase de exames em um período de até três semanas, para o que se faz



necessário dimensionar, antes do término do planejamento, a quantidade de horas de trabalho previstas.

A solicitação de apoio das unidades técnicas da área de Tecnologia da Informação do órgão auxiliará na realização da maioria dos exames de auditoria.

3.5 Recursos tecnológicos necessários

Além de computadores, a unidade de auditoria precisa estar dotada dos seguintes *softwares* instalados:

- Navegador de *internet*;
- Player de vídeo – Reprodução de vídeos e áudios; e
- Java – Disponível em: <https://www.java.com/pt-BR/download/>.

3.6 Custo

O custo da auditoria deverá ser mensurado em função:

- 1) das horas gastas na auditoria por cada auditor ou auditora;
- 2) do custo da hora trabalhada de cada auditor ou auditora; e
- 3) do custo com capacitação de cada auditor ou auditora.

3.7 Cronograma proposto da auditoria

Fase	Descrição	Data limite
Planejamento		
Definição de equipe de auditores e auditoras	Seleção com base no conhecimento necessário aos trabalhos.	14/04/2023
Treinamento de auditores e auditoras	Identificação das lacunas de conhecimento para a realização da auditoria.	17/04/2023
	Definição da capacitação necessária para suprir as lacunas de conhecimento.	17/04/2023
	Capacitação dos membros participantes.	24/04/2023
Elaboração do Programa de Auditoria	As bases do programa de auditoria são fornecidas neste plano, mas cada unidade pode expandir os exames ou inserir exames complementares para obter as evidências que julgar necessárias aos trabalhos de auditoria.	24/04/2023
Definição do Universo de Auditoria	Definição de todas as áreas possíveis de serem auditadas, com dados suficientes.	24/04/2023
Execução		
Comunicação e Engajamento	Comunicar o início da avaliação às demais áreas da instituição.	01/05/2023



	Obter o apoio da alta administração para a realização da auditoria.	01/05/2023
Exames	Realização dos exames de auditoria.	22/05/2023
	Definição dos achados preliminares de auditoria.	29/05/2023
	Reunião de apresentação dos achados de auditoria.	30/05/2023
	Respostas das unidades auditadas aos achados.	06/06/2023
	Definição das recomendações de auditoria.	13/06/2023
	Envio das conclusões de auditoria ao CNJ, assim entendidas: a) questionário eletrônico com as respostas aos testes de auditoria previstos neste plano de trabalho; e b) lista ⁷ referente ao teste/subquestão 2.7, evidência "a", integrante da 2ª Questão de Auditoria, que deverá ser encaminhada, no mesmo prazo, ao e-mail siaudjud@cnj.jus.br.	14/06/2023
Monitoramento		
O plano de monitoramento deverá ser definido por cada unidade de auditoria.		

3.8 Questões de Auditoria

As questões de auditoria foram estruturadas em três eixos, cada um deles buscando responder aos aspectos relativos à norma de referência, conforme tabela abaixo:

Questão	Eixo
Os sistemas/aplicações de gestão de processos judiciais eletrônicos estão aptos a serem integrados à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)?	01 - Integração dos sistemas legados (Portaria n. 37, de 08/02/2022, e art. 16, incisos I e II, da Resolução n. 335/2020).
A contratação e o desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades estão aderentes à política de governança da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)?	02 – Módulos novos de sistemas legados e sistemas novos (Art. 5º da Resolução n. 335/2020 e Portaria n. 253/2020).

⁷ O teste/subquestão 2.7 questiona: "O tribunal desenvolve novos módulos ou serviços, públicos ou privados, para o(s) sistema(s) processual(is) do tribunal?". No caso de resposta negativa, encaminhar a respectiva declaração elaborada pelo gestor da área responsável pela TI do tribunal.



Os editais de concursos públicos e de contratação de serviços terceirizados na área de TIC preveem conhecimentos específicos mínimos sobre os normativos e a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br?	03 – Seleção de servidores e contratação de serviços terceirizados (Resolução n. 443/2022 e Portaria n. 257/2022).
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A seguir apresenta-se o detalhamento de cada questão de auditoria, alertando que **todos os testes** respeitam o período de apuração que se segue à edição da Resolução CNJ n. 335/2020, normativo que marca o início de vigência da política pública da PDPJ:

1ª Questão de Auditoria: Os sistemas/aplicações de gestão de processos judiciais eletrônicos estão aptos a serem integrados à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)?				
Subquestão de auditoria	Descrição dos Procedimentos	Como aplicar os testes	Evidências necessárias	Vídeos e imagens
1.1 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de SSO <i>Single SignOn</i> ?	Avaliar se os sistemas de processo judicial eletrônico do Tribunal estão autenticando através do SSO.	Em se tratando de sistemas <i>web</i> , solicitar à equipe responsável evidências em vídeo dos sistemas de processo judicial eletrônico em seus respectivos ambientes de produção, fazendo a requisição de acesso e a autenticação no serviço de SSO, por exemplo, através do <i>DevTools</i> (Ferramentas do desenvolvedor) e aba <i>Network</i> (rede) do navegador de <i>internet</i> . Realizar a requisição de acesso e após clicar no botão Enviar, identificar a url https://sso.cloud.pje.jus.br/ .*. Caso não seja um sistema <i>web</i> , será necessário adotar mecanismo que comprove a autenticação via SSO, no ambiente centralizado do CNJ.	Requisição de vídeos dos sistemas de processo judicial eletrônico em seus respectivos ambientes de produção fazendo a requisição e a autenticação ao serviço de SSO. Em qualquer outro sistema, que não PJe, o procedimento e a evidência serão os mesmos. Requisitar declaração firmada pelo gestor da área responsável, se o sistema for local ou satélite, caso em que a URL será diferente, mas a tela de autenticação deve identificar a URL do serviço de SSO da PDPJ/CNJ.	Ver o vídeo instrucional e o modelo de declaração deste teste, no <i>link</i> https://cnjusbr.ssharepoint.com/:f:/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLKovMWhIjhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNl8BA?e=BZvbCk .

<p>1.2 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de <i>MarketPlace</i>?</p>	<p>Avaliar se os sistemas de processo judicial eletrônico do Tribunal estão com ícone e <i>link</i> de acesso ao <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.</p>	<p>Solicitar à equipe responsável evidências em vídeo e captura de tela dos sistemas de processo judicial eletrônico em seus respectivos ambientes de produção, contendo ícone da PDPJ-Br e <i>link</i> de acesso ao <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.</p>	<p>Requisição de vídeos e captura de tela dos sistemas de processo judicial eletrônico em seus respectivos ambientes de produção, contendo ícone da PDPJ-Br e <i>link</i> de acesso ao <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.</p> <p>Será necessária a captura da tela principal do <i>Marketplace</i> (painel), bem como dos autos do processo com a identificação dos seus elementos, tais como o número do processo, etc.</p> <p>Em qualquer outro sistema, que não PJe, deve aparecer tela semelhante, mostrando <i>banners</i> do <i>marketplace</i>.</p> <p>Requisitar declaração firmada pelo gestor da área responsável, se o sistema for local ou satélite.</p>	<p>Ver vídeo e <i>prints</i> instrucionais e o modelo de declaração deste teste, no <i>link</i> https://cnjjusbr.s harepoint.com/:f:/s/AoCoordenada AuditoriaPDPJ/Ev GNLKovMWhJlh G7tby8doB3P_9J M34vvRkhtl2KNI 8BA?e=BZvbCk.</p>
<p>1.3 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de Notificações?</p>	<p>Avaliar se os sistemas de processo judicial eletrônico do Tribunal estão fazendo requisições ao serviço de Notificações.</p>	<p>Em se tratando de sistemas <i>web</i>, solicitar à equipe responsável evidências em vídeo dos sistemas de processo judicial eletrônico em seus respectivos ambientes de produção, fazendo a requisição ao serviço de Notificações.</p> <p>Caso não seja um sistema <i>web</i>, será necessário adotar mecanismo que comprove o consumo do serviço de Notificações.</p>	<p>Requisição de vídeo dos sistemas de processo judicial eletrônico em seus respectivos ambientes de produção fazendo a requisição ao serviço de Notificações, contendo a chamada ao serviço e o retorno da requisição via serviço de notificações.</p> <p>Em qualquer outro sistema, que não PJe, o sino de notificações deverá ser visível,</p>	<p>Ver o vídeo, o <i>print</i> instrucional e o modelo de declaração deste teste, no <i>link</i> https://cnjjusbr.s harepoint.com/:f:/s/AoCoordenada AuditoriaPDPJ/Ev GNLKovMWhJlh G7tby8doB3P_9J M34vvRkhtl2KNI 8BA?e=BZvbCk.</p>



			mostrando o retorno da requisição. Requisitar declaração firmada pelo gestor da área responsável, se o sistema for local ou satélite.	
1.4 Os micros serviços que se integram ao Codex estão efetivamente instalados em ambiente produtivo e em funcionamento ativo?	Avaliar se os micros serviços que se integram ao Codex estão efetivamente instalados em ambiente produtivo e em funcionamento ativo.	Verificar se os micros serviços responsáveis pela integração dos sistemas processuais do tribunal ao CODEX foram devidamente instalados em produção, bem como se esses micros serviços estão ativos, garantido assim o envio contínuo dos dados e metadados processuais.	Requisição ao agente responsável pela instalação dos micros serviços de integração do sistema processual ao Codex para que acesse o ambiente de produção, através da URL https://codex.ia.pje.jus.br/fonteDados/monitor , e efetue captura de tela de cada instância processual ativa em seu tribunal. Na captura de tela, deverá constar, além da fonte de dados (instância processual) e nome do tribunal, a URL supracitada, sendo que todos os itens em tela devem estar ativos (cor verde). Requisitar declaração firmada pelo gestor que extraiu o(s) <i>print(s)</i> , para juntar às evidências anteriores, atestando de que é(são) expressão da verdade.	Ver os <i>prints</i> instrucionais e o modelo de declaração deste teste, no <i>link</i> https://cnjusbr.s harepoint.com/:f:/s/AoCoordenada AuditoriaPDPJ/Ev GNLKovMWhJljh G7tby8doB3P_9J M34vvRkhtl2KN! 8BA?e=BZvbCk .
1.5 Os micros serviços que se integram ao Codex possuem controle de indisponibilidade e?	Avaliar se há o controle da indisponibilidade do sistema, evitando que ele passe mais tempo indisponível do que o necessário para	Verificar a existência de sistemas de monitoramento de micros serviços e se o sistema fica disponível, no mínimo, pelo tempo previsto no art. 11 da	Requisição de relatórios de disponibilidade ou indisponibilidade dos serviços no período apurado, emitidos pela área de TI do tribunal, que demonstrem que os	Ver o modelo de declaração deste teste, no <i>link</i> https://cnjusbr.s harepoint.com/:f:/s/AoCoordenada AuditoriaPDPJ/Ev



	correção e/ou garantia da continuidade do negócio.	existem os contratos cujo objeto seja a aquisição ou desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades de produtos de tecnologia da informação destinados a processos judiciais eletrônicos.		
2.2 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento permitem o compartilhamento não oneroso?	Avaliar se os contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades privados, mesmo de forma não onerosa, permitem o compartilhamento não oneroso da solução na PDPJ-Br.	Consultar contrato no sistema de processos administrativos ou na página da transparência, por meio da técnica de auditoria de observação, e verificar se há cláusula possibilitando o compartilhamento não oneroso da solução contratada.	Registro em papel de trabalho do número do processo administrativo eletrônico e do número do contrato e da cláusula em que a permissão está expressa.	
2.3 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento obedecem à proibição de dependência compulsória de componentes licenciados?	Avaliar se os contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades privados, mesmo de forma não onerosa, não estabelecem dependência compulsória de componentes licenciados para o funcionamento das aplicações.	Consultar contrato no sistema de processos eletrônicos ou na página de transparência, por meio da técnica de auditoria de observação, se não há cláusula estabelecendo dependência compulsória de componentes licenciados para o funcionamento das aplicações.	Registro em papel de trabalho do número do processo administrativo eletrônico e do número do contrato em que a não é estabelecida a dependência compulsória de componentes licenciados para o funcionamento das aplicações.	
2.4 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido	Avaliar se os contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas,	Consultar no sistema de processos eletrônicos ou na página de	Registro em papel de trabalho do número do processo administrativo eletrônico e do número do contrato em que não	



<p>ou em desenvolvimento observam a proibição de prever restrições sobre a propriedade intelectual?</p>	<p>módulos ou funcionalidades privados, mesmo de forma não onerosa, não preveem restrições sobre a propriedade intelectual das aplicações a serem integradas.</p>	<p>transparência, por meio da técnica de auditoria de observação, se o contrato concede ao órgão o direito à propriedade do que for desenvolvido e aos códigos fonte, documentação e quaisquer outros artefatos que venham a ser produzidos.</p>	<p>existem restrições sobre a propriedade intelectual das aplicações a serem integradas.</p>	
<p>2.5 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento observam a autonomia do tribunal para modificar, adaptar ou criar derivações das aplicações?</p>	<p>Avaliar se nos contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades privados, mesmo de forma não onerosa, o órgão dispõe de autonomia para modificação, adaptações ou criação de derivações das aplicações.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos ou na página de transparência, por meio da técnica de auditoria de observação, se o contrato concede ao órgão autonomia para modificação, adaptações ou criação de derivações das aplicações.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do número do processo administrativo eletrônico e do número do contrato e cláusula em que a possibilidade esteja expressa.</p>	
<p>2.6 O tribunal tomou as providências necessárias para correção dos contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento?</p>	<p>Avaliar se houve adequação dos contratos vigentes em desconformidade com a PDPJ.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou sistema de registros de atos públicos, por meio da técnica de auditoria de observação, se houve a adequação dos contratos vigentes em desconformidade, por meio de projeto-piloto ou por outra forma.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do(s) ato(s) que formaliza(m) efetivamente a adequação do(s) contrato(s) em desconformidade com a PDPJ, e respectivo <i>link</i>.</p>	
<p>2.7 O tribunal desenvolve novos módulos ou serviços, públicos ou privados,</p>	<p>Avaliar a carteira de projetos do Tribunal e aferir quais tem relação</p>	<p>Acessar a carteira de projetos (portfólio, painel, roadmap, lista de</p>	<p>Requisição de: a) declaração do gestor da área responsável do</p>	<p>Ver modelo de declaração deste teste no <i>link</i> https://cnjusbr.sh</p>



<p>para o(s) sistema(s) processual(is) do tribunal?</p>	<p>com o processo judicial eletrônico e se estão em processo de desenvolvimento.</p>	<p>projetos, etc.) do Tribunal e avaliar quais tem relação com processo judicial eletrônico. Caso exista, verificar se foi iniciado depois da Res. CNJ 335/2020. informar também os projetos que foram iniciados em data anterior a vigência da Resolução CNJ 335/2020, mas não estavam concluídos.</p>	<p>tribunal atestando a existência, ou inexistência, de desenvolvimento de módulos ou serviços novos de sistemas legados e sistemas novos de processo judicial eletrônico do Tribunal. Caso afirmativo, apresentar a respectiva lista, identificando o nome do(s) projeto(s) e discriminando os já concluídos; e</p> <p>b) Captura de tela da página da carteira de projetos em que constem os novos módulos ou serviços desenvolvidos para os sistemas processuais do tribunal, conforme listados na alínea anterior.</p>	<p>arepoint.com/:f:/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLKovMWhJljhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk.</p> <p><i>Observação: A prova da alínea "b" será feita de acordo com as peculiaridades de cada tribunal.</i></p>
<p>2.8 Os sistemas/aplicações, públicos ou privados, relacionados a processos judiciais eletrônicos atendem ao requisito de desenvolvimento colaborativo?</p>	<p>Avaliar se, a partir da edição da resolução 335/2020, houve colaboração dos <i>players</i> por meio dos sistemas de desenvolvimento de <i>softwares</i>: JIRA (gerenciamento de demandas) e GIT (gerenciamento de controle de versões e repositório de código fonte).</p>	<p>Solicitar à equipe responsável evidências de que todos os projetos relacionados a processos judiciais eletrônicos foram criados em cada um dos ambientes abaixo, demonstrando o nome do projeto, a identificação do projeto e o(s) usuário(s) que contribui(em) para o projeto: JIRA https://cnj.jus.br/jira/; e GIT https://git.cnj.jus.br</p>	<p>Requisição de:</p> <p>a) captura de tela do(s) projeto(s) listado(s) no item 2.7, "a", e criado(s) no JIRA, contendo a identificação do projeto, o usuário contribuidor, data e hora; e</p> <p>c) captura de tela do(s) projeto(s) listado(s) no item 2.7, "a" e constantes no GIT, que evidencie a identificação do projeto no repositório.</p> <p>Caso o tribunal não utilize PJe ou no caso de um módulo satélite, deverá possuir, no mínimo, a demanda no</p>	<p>Ver <i>prints</i> e vídeo instrucionais deste teste, no <i>link</i> https://cnjusbr.sharepoint.com/:f:/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLKovMWhJljhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk.</p>



			Jira e o código fonte do serviço no Git.	
2.9 Os sistemas/aplicações, públicos ou privados, relacionados a processos judiciais eletrônico estão disponíveis na PDPJ para uso comunitário?	Avaliar se módulos desenvolvidos estão disponibilizados na PDPJ, para permitir a utilização por outros entes.	Solicitar à equipe responsável evidências da solução tecnológica disponibilizada no <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.	Requisição de: a) imagem do(s) projeto(s) e captura de tela dos projetos/serviços listado(s) no item 2.7, "a", e já concluídos na página da PDPJ-Br, com o(s) projeto(s) sendo visto(s) na lista de serviços do <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.	Ver o <i>print</i> instrucional deste teste no link https://cnjusbr.sharepoint.com/:f:/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLKovMWhJlhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk . <i>Observação: idem para qualquer outro sistema que não o PJe, ou no caso de módulo satélite, os quais devem disponibilizar o módulo no mesmo front end, ou seja, a interface gráfica do Marketplace.</i>
2.10 O interesse/andamento do desenvolvimento de novos módulos, públicos ou privados, está sendo informado ao CNJ?	Avaliar se existe, na carteira de projetos do Tribunal, desenvolvimento de novos módulos em andamento ou a ser iniciado.	Acessar a carteira de projetos do Tribunal e avaliar quais tem relação com o processo judicial eletrônico. Caso exista, verificar quando foi iniciado. Se foi iniciado depois da Res. CNJ 335/2020, verificar se há expediente encaminhado ao CNJ que comprove a comunicação ao Conselho.	Requisição de <i>link</i> ou cópia do expediente enviado ao CNJ que comprove a comunicação sobre o andamento ou sobre o interesse no desenvolvimento de novos módulos no Tribunal que tenham relação com o processo judicial eletrônico, conforme listados no item 2.7, "a".	Trata-se de ofício informando o interesse para, após avaliação no CNJ, o órgão prosseguir com sua adesão por meio de encaminhamento do Plano de Trabalho de acordo com o <i>template</i> disponibilizado pelo CNJ.
2.11 Os novos módulos, públicos ou privados, estão sendo desenvolvidos seguindo os critérios estabelecidos na Portaria n. 253 de 18/11/2020?	Avaliar se os critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na PDPJ são atendidos, de forma que facilite a	Acessar a carteira de projetos do Tribunal e avaliar quais tem relação com o processo judicial eletrônico. Caso exista, verificar quando foi iniciado. Se foi iniciado depois da	Requisitar: a) declaração firmada pelo gestor responsável pela área de carteira de projetos, que identifique o(s) nome(s) do(s) projeto(s) criado(s) e ateste que os novos	Ver o <i>print</i> instrucional e o modelo de declaração deste teste, no link https://cnjusbr.sharepoint.com/:f:/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLKovMWhJlhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk .



	integração dos serviços à PDPJ.	Res. CNJ 335/2020, verificar se tem projeto criado no JIRA e no repositório no GIT.	módulos listados no item 2.7, "a", estão sendo desenvolvidos conforme as diretrizes previstas na Portaria n. 253/2020; e b) Captura de tela do(s) módulo(s) no JIRA e no GIT.	KovMWhJlhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk.
--	---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Possíveis achados

- 1) Contratação de sistema novo ou de módulo ou funcionalidade de sistema legado, desenvolvido ou em desenvolvimento após entrada em vigor da Resolução n. 335/2022, de forma não aderente ao requisito da política de governança da PDPJ-Br referente a permitir o compartilhamento não oneroso na PDPJ-Br;
- 2) Contratação de sistema novo ou de módulo ou funcionalidade de sistema legado, desenvolvido ou em desenvolvimento após entrada em vigor da Resolução n. 335/2022, de forma não aderente ao requisito da política de governança da PDPJ-Br referente à não dependência compulsória de componentes licenciados para o funcionamento das aplicações;
- 3) Contratação de sistema novo ou de módulo ou funcionalidade de sistema legado, desenvolvido ou em desenvolvimento após entrada em vigor da Resolução n. 335/2022, de forma não aderente ao requisito da política de governança da PDPJ-Br referente a não prever restrições sobre a propriedade intelectual das aplicações a serem integradas;
- 4) Contratação de sistema novo ou de módulo ou funcionalidade de sistema legado, desenvolvido ou em desenvolvimento após entrada em vigor da Resolução n. 335/2022, de forma não aderente ao requisito da política de governança da PDPJ-Br referente a dispor de autonomia para modificação, adaptações ou criação de derivações das aplicações;
- 5) Ausência de medidas normativas necessárias à correção dos contratos vigentes em desconformidade de aquisição ou de desenvolvimento de sistemas novos ou de módulo(s) de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento, para permitir a adequação à PDPJ-Br;
- 6) O sistema ou aplicação de gestão de processo judicial eletrônico não atende ao requisito de desenvolvimento colaborativo;
- 7) O sistema, aplicação ou módulo(s) desenvolvido (já concluído) de gestão de processo judicial eletrônico não atende ao requisito de disponibilidade para uso comunitário;
- 8) Carência ou falta de comunicação ao CNJ sobre o interesse e/ou o andamento quanto ao desenvolvimento de novos módulos em andamento ou prestes a ser iniciado; e
- 9) Desenvolvimento de novos módulos não observando os critérios estabelecidos na Portaria n. 253/2020, tais como ter projeto criado no JIRA e no repositório no GIT.

3ª Questão de Auditoria:

Os editais de concursos públicos e de contratação de serviços terceirizados na área de TIC preveem conhecimentos específicos mínimos sobre os normativos e a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br?



Subquestão de auditoria	Descrição dos Procedimentos	Como aplicar os testes	Evidências necessárias
3.1 O tribunal realizou concurso público ou processo de seleção simplificado após a Portaria n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação após a portaria CNJ n. 257/2022.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação após a Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.2 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 335/2020 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 335/2020.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.3 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 91/2009 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 91/2009.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto a existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.4 Caso tenha sido realizado concurso	Avaliar, por meio da técnica de análise	Consultar no sistema de processos eletrônicos	Registro em papel de



<p>ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 252/2020 foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 252/2020.</p>	<p>e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.5 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 253/2020 foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação, conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 253/2020.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.6 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 131/2021 foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 131/2021.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.7 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de</p>



<p>CNJ n. 396/2021 foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 396/2021.</p>	<p>publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.8 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 162/2021 foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 162/2021.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.9 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre linguagem de programação Java foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre linguagem de programação Java.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.10 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; API</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do</p>



<p><i>RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka, Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway</i> foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; <i>API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka, Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway.</i></p>	<p>a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.11 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre persistência; <i>JPA 2.0; Hibernate 4.3</i> ou superior; <i>Hibernate Envers;</i> Biblioteca <i>Flyway</i> foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre persistência; <i>JPA 2.0; Hibernate 4.3</i> ou superior; <i>Hibernate Envers;</i> Biblioteca <i>Flyway.</i></p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.12 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Banco de dados; <i>PostgreSQL; H2 Database</i> foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Banco de dados; <i>PostgreSQL; H2 Database.</i></p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.</p>
<p>3.13 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Serviços de</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e</p>



autenticação; SSO <i>Single SignOn</i> ; <i>Keycloak</i> ; Protocolo <i>OAuth2</i> (RFC 6749) foram exigidos dos candidatos?	exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Serviços de autenticação; SSO <i>Single SignOn</i> ; <i>Keycloak</i> ; Protocolo <i>OAuth2</i> (RFC 6749).	encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.14 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Mensageria e <i>Webhooks</i> ; <i>Message Broker</i> ; <i>RabbitMQ</i> ; Evento negocial; <i>Webhook</i> ; APIs reversas foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Mensageria e <i>Webhooks</i> ; <i>Message Broker</i> ; <i>RabbitMQ</i> ; Evento negocial; <i>Webhook</i> ; APIs reversas.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.15 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de versionamento <i>Git</i> foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Ferramenta de versionamento <i>Git</i> .	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.16 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br foram	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo



exigidos dos candidatos?	Informação conhecimentos exigidos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br.	área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	administrativo consignado em papel de trabalho.
3.17 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de orquestração de <i>containers</i> , <i>Rancher</i> foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Ferramenta de orquestração de <i>containers</i> , <i>Rancher</i> .	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.18 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre <i>Deploy</i> de aplicações; <i>Continuous Delivery</i> e <i>Continuous Integration</i> (CI/CD) foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre <i>Deploy</i> de aplicações; <i>Continuous Delivery</i> e <i>Continuous Integration</i> (CI/CD).	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação contemplando a seleção de servidores da área de TIC. Verificar o conteúdo programático e fazer a análise quanto à existência de conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do edital de seleção e registro do número do processo administrativo consignado em papel de trabalho.
3.19 O tribunal realizou contratação de serviços terceirizados ou contratações de fábricas de <i>softwares</i> após a Portaria n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se existem contratos em vigência ou certames licitatórios em fase de homologação, cujo contrato ou edital de contratação tenha sido publicado após a Portaria CNJ n. 257/2022.	Consultar no sistema de processos eletrônicos, se existem contratos ou editais publicados após a Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s)



Resolução CNJ n. 443/2022?			em papel de trabalho.
3.20 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 335/2020 foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 335/2020.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.21 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 91/2009 foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 91/2009.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.22 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 252/2020 foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 252/2020.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.



<p>3.23 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 253/2020 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 253/2020.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i>. Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.</p>
<p>3.24 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 131/2021 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 131/2021.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i>. Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.</p>
<p>3.25 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 396/2021 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 396/2021.</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i>. Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.</p>
<p>3.26 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os</p>	<p>Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou</p>	<p>Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem</p>	<p>Registro em papel de trabalho do <i>link</i></p>



conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 162/2021 foram exigidos dos contratantes/licitantes?	editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 162/20210.	contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.27 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre linguagem de programação Java foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre linguagem de programação Java.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.28 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; <i>API RESTful</i> ; <i>JSON</i> ; <i>Framework Spring</i> ; <i>Spring Cloud</i> ; <i>Spring Boot</i> ; <i>Spring Eureka</i> , <i>Zuul</i> ; <i>Map Struct</i> ; <i>Swagger</i> ; <i>Service Discovery</i> ; <i>API Gateway</i> foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; <i>API RESTful</i> ; <i>JSON</i> ; <i>Framework Spring</i> ; <i>Spring Cloud</i> ; <i>Spring Boot</i> ; <i>Spring Eureka</i> , <i>Zuul</i> ; <i>Map Struct</i> ; <i>Swagger</i> ; <i>Service Discovery</i> ; <i>API Gateway</i> .	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.29 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s)



sobre persistência; JPA 2.0; <i>Hibernate</i> 4.3 ou superior; <i>Hibernate Envers</i> ; Biblioteca <i>Flyway</i> foram exigidos dos contratantes/licitantes?	de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre persistência; JPA 2.0; <i>Hibernate</i> 4.3 ou superior; <i>Hibernate Envers</i> ; Biblioteca <i>Flyway</i> .	publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.30 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Banco de dados; <i>PostgreSQL</i> ; <i>H2 Database</i> foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre Banco de dados; <i>PostgreSQL</i> ; <i>H2 Database</i> .	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.31 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Serviços de autenticação; SSO <i>Single SignOn</i> ; <i>Keycloak</i> ; Protocolo <i>OAuth2</i> (RFC 6749) foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre Serviços de autenticação; SSO <i>Single SignOn</i> ; <i>Keycloak</i> ; Protocolo <i>OAuth2</i> (RFC 6749).	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.32 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Mensageria e <i>Webhooks</i> ; <i>Message Broker</i> ; <i>RabbitMQ</i> ; Evento	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre Mensageria e	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> .	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s)



negocial; <i>Webhook</i> ; <i>APIs</i> reversas foram exigidos dos contratantes/licitantes?	<i>Webhooks</i> ; <i>Message Broker</i> ; <i>RabbitMQ</i> ; Evento negocial; <i>Webhook</i> ; <i>APIs</i> reversas.	Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.33 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de versionamento <i>Git</i> foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre Ferramenta de versionamento <i>Git</i> .	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.34 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br.	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
3.35 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de orquestração de <i>containers</i> , <i>Rancher</i> foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre Ferramenta de orquestração de <i>containers</i> , <i>Rancher</i> .	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s)



		estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	em papel de trabalho.
3.36 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre <i>Deploy</i> de aplicações; <i>Continuous Delivery</i> e <i>Continuous Integration</i> (CI/CD) foram exigidos dos contratantes/licitantes?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os contratos firmados ou editais de contratação de profissionais de TIC contém a exigência de conhecimentos sobre <i>Deploy</i> de aplicações; <i>Continuous Delivery</i> e <i>Continuous Integration</i> (CI/CD).	Consultar no sistema de processos eletrônicos e/ou portais da transparência, se existem contratos ou editais publicados cujo objeto seja a contratação de serviço terceirizado ou fábrica de <i>software</i> . Verificar se os conhecimentos exigidos dos profissionais de TIC estão aderentes à Portaria CNJ n. 257/2022.	Registro em papel de trabalho do <i>link</i> ou cópia do(s) contrato(s) e/ou edital(is) e registro(s) do número do(s) processo(s) administrativo(s) consignado(s) em papel de trabalho.
Possíveis achados			
<p>1) Concurso público ou processo de seleção simplificado para provimento na área de TIC, após edição da Portaria CNJ n. 257/2022, cujo edital não estabelece no conteúdo programático os conhecimentos específicos mínimos exigidos dos candidatos sobre os normativos da PDPJ-Br;</p> <p>2) Concurso público ou processo de seleção simplificado para provimento na área de TIC, após edição da Portaria CNJ n. 257/2022, cujo edital não estabelece no conteúdo programático os conhecimentos específicos mínimos exigidos dos candidatos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br;</p> <p>3) Contratação de serviços terceirizados ou edital de certame licitatório, inclusive fábrica de <i>software</i>, cujo contrato ou edital de licitação não exige dos profissionais de TIC os conhecimentos específicos mínimos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br; e</p> <p>4) Contratação de serviços terceirizados ou edital de certame licitatório, inclusive fábrica de <i>software</i>, cujo contrato ou edital de licitação não exige dos profissionais de TIC os conhecimentos específicos mínimos sobre os normativos da PDPJ-Br.</p>			

3.9. Exames

Para a realização dos exames destinados à obtenção de evidências na sustentação dos achados, as Unidades de Auditoria Interna deverão aplicar as seguintes técnicas:

- a) Análise documental⁸;
- b) Exame dos registros⁹; e

⁸ Verificação de processos, atos formalizados, planilhas e documentos que conduzam à formação de indícios e evidências.

⁹ Verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados.

c) Correlação entre informações obtidas¹⁰.

Para estruturação das avaliações tecnológicas e obtenção de evidências, os auditores e auditoras deverão, também, valer-se do glossário de termos técnicos disponível no [link https://cnjusbr.sharepoint.com/:f/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLkovMWhJlhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk](https://cnjusbr.sharepoint.com/:f/s/AoCoordenadaAuditoriaPDPJ/EvGNLkovMWhJlhG7tby8doB3P_9JM34vvRkhtl2KNI8BA?e=BZvbCk).

4. Da Capacitação Auto instrucional

Visando alinhar os conhecimentos iniciais a respeito do tema PDPJ, sugere-se, além da leitura indispensável da legislação indicada no item 2 deste plano de trabalho, a leitura dos materiais e o acesso aos vídeos abaixo listados:

Material	Link
Orientações aos Tribunais	https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/plataforma-digital-do-poder-judiciario-brasileiro-pdpj-br/orientacao-aos-tribunais/
Serviços e Módulos da PDPJ	https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/plataforma-digital-do-poder-judiciario-brasileiro-pdpj-br/orientacao-aos-tribunais/
Resolução CNJ n. 325/2020 (Estratégia Nacional do PJ 2021-2026)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3365
Resolução CNJ n. 331/2020 (Base Nacional de Dados do PJ – DataJud)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3428
Resolução CNJ n. 332/2020 (Inteligência Artificial no PJ)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429
Resolução CNJ n. 345/2020 (Juízo 100% Digital)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3512
Resolução CNJ n. 385/2021 (Núcleos de Justiça 4.0)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843
Resolução CNJ n. 443/2022 (aplicação e disseminação dos conhecimentos sobre a PDPJ nos editais de concursos)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4317
Portaria CNJ n. 257/2022 (ementa básica para editais de concursos)	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4682

¹⁰ Cotejamento entre normativos, documentos, controles internos e auxiliares, declarações e dados.

Cartilha PDPJ	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/cartilha-pdpj-30-09-2021.pdf
Vídeo	Link
Webinar “Apresentação da Plataforma Digital do Poder Judiciário”	https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/plataforma-digital-do-poder-judiciario-brasileiro-pdpj-br/capacitacao/
Codex – Plataforma de dados processuais	https://www.youtube.com/watch?v=-oK8UD8CJZQ&list=PLIJgviu9EmVLI99WI6zxiOnU4iKsuCspR
Programa de formação para integração e desenvolvimento da PDPJ – Sistemas de Processo Eletrônico	https://www.youtube.com/watch?v=r3g7KWlyx5A&list=PLIJgviu9EmVLI99WI6zxiOnU4iKsuCspR&t=4s
Programa de formação para integração e desenvolvimento da PDPJ – Desenvolvimento <i>Front-end</i>	https://www.youtube.com/watch?v=PSVfjSHpqsk&list=PLIJgviu9EmVLI99WI6zxiOnU4iKsuCspR
Programa de formação para integração e desenvolvimento da PDPJ – <i>Hands-on</i> na PDPJ	https://www.youtube.com/watch?v=P6JQKxUvFyM
Programa de formação para integração e desenvolvimento da PDPJ – Visão Geral	https://www.youtube.com/watch?v=gBxq7-D36zM
Programa de formação para integração e desenvolvimento da PDPJ – Serviço de Autenticação	https://www.youtube.com/watch?v=imtNltgqi7Q
Programa de formação para integração e desenvolvimento da PDPJ – Serviço de Notificações	https://www.youtube.com/watch?v=GvQmGctAeVg

